

Dívida bate recorde e atinge R\$ 220 bilhões

Governos federal, estaduais e municipais acumulam contas equivalentes a 32,9% do PIB

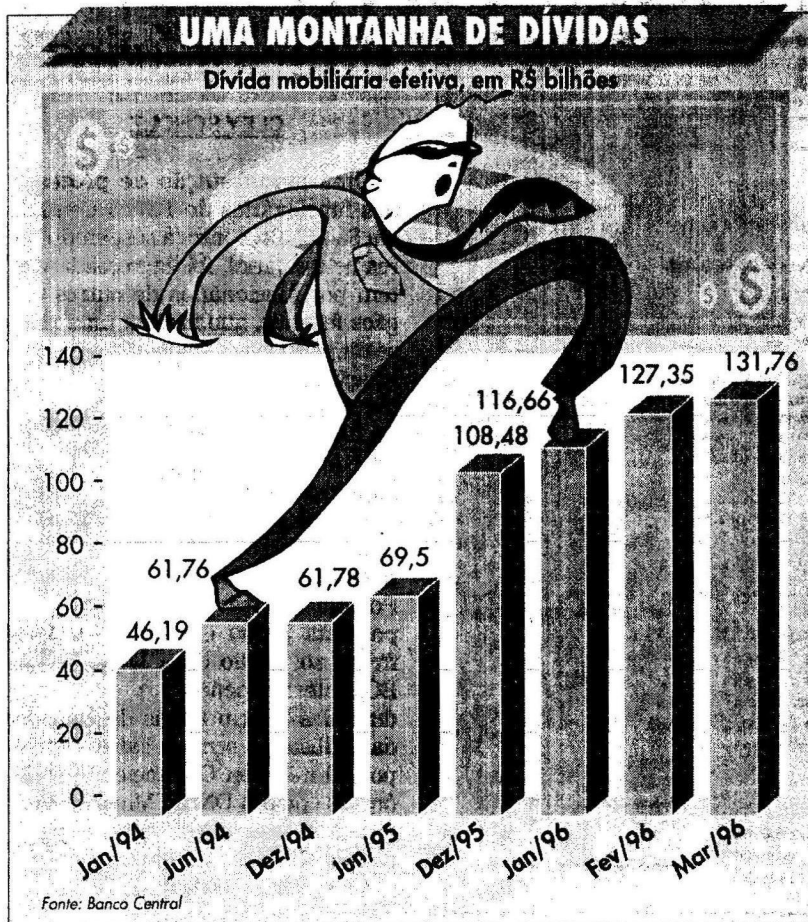
SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA — A dívida total do setor público (governos federal, estadual e municipal) atingiu R\$ 220,1 bilhões, ou 32,9% do Produto Interno Bruto (soma de todos os bens produzidos no país). O endividamento em títulos federais bateu novo recorde em março, chegando a R\$ 131,7 bilhões. Este resultado significa um aumento do endividamento de R\$ 4,4 bilhões em apenas um mês, uma vez que fevereiro fechou com a dívida de R\$ 127,3 bilhões. Do total de R\$ 220,1 bilhões, R\$ 97,2 bilhões são de responsabilidade do governo federal e do Banco Central (correspondente a 14,5% do PIB). Outros R\$ 76,3 bilhões (11,4% do PIB) cabem aos Estados e Municípios e as empresas estatais devem R\$ 46,7 bilhões (7% do PIB).

No primeiro bimestre deste ano, o déficit operacional (que considera os juros reais da dívida interna) do governo atingiu R\$ 5,76 bilhões, o que significa um crescimento de 88,09% em relação aos dois primeiros meses de 1995 quando este déficit foi de R\$ 3,06 bilhões.

A velocidade de crescimento da dívida pública foi menor no mês passado. "Já há, claramente, uma tendência de declínio destes resultados", destacou o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes.

O governo obteve uma pequena melhoria nos indicadores de endividamento. O déficit operacional em 12 meses declinou de 5,82% do PIB em janeiro para 5,42% em fevereiro, último dado disponível. O déficit nominal do setor público como um todo, que desconsidera a correção mone-



tária, caiu de 8,32% do PIB para 7,79%.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, os maiores fatores de pressão que provocaram o rombo nas contas do governo em janeiro e fevereiro, "como o pagamento do salário e férias do funcionalismo público, por exemplo, já passaram". Ao contrário do ano passado, os principais responsáveis pelo déficit acumulado em janeiro e fevereiro

deste ano foram o próprio governo federal, que gastou mais que arrecadou, e o Banco Central que registrou prejuízo. Juntos, eles dividiram a parcela de R\$ 3,38 bilhões do total.

No primeiro bimestre de 1995, os Estados e Municípios responderam por mais da metade do déficit com a parcela de R\$ 1,67 bilhão dos R\$ 3,06 bilhões. Este

ano, a parte de Estados e Municípios foi de R\$ 2,44 bilhões, enquanto as estatais ficaram superavitárias em R\$ 70 milhões.

Estes papéis foram emitidos pelo Banco Central e trocados por títulos estaduais quando os governos dos principais estados — dentre São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul — começaram a ter dificuldades para rolar suas dívidas no mercado. Com dívidas muito altas, o problema dos governos estaduais com a credibilidade de seus títulos (para colocá-los no mercado financeiro tem de pagar taxas de juros mais altas) foi resolvido pela troca de papéis estaduais pelos do Banco Central.

Na contabilidade da dívida em títulos, o governo considera como endividamento efetivo R\$ 97,58 bilhões dos R\$ 131,7 bilhões registrados em março. Em doze meses, o saldo dos débitos em títulos evoluíram 101,8%. Já a dívida efetiva em poder do mercado financeiro deu um salto maior — 143,6%.

**DÉFICIT
CRESCER
88,09% ANTE
1995**